

Educação Infantil e Espaços Culturais: possibilidades de apropriação na cidade do Rio de Janeiro

Cristina Carvalho*

Thamiris Lopes**

Priscila Resinentti***

Resumo

O artigo investiga espaços culturais da cidade do Rio de Janeiro em suas condições e possibilidades de apropriação pelo segmento de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação (SME-RJ). A pesquisa utilizou como metodologia questionário online enviado aos espaços culturais da cidade cadastrados no Guia de Museus Brasileiros. Com os resultados, pode-se destacar a dificuldade de comunicação com as instituições, a desigual distribuição dos equipamentos culturais em âmbito municipal e a pouca atenção dada às condições de atendimento para o público infantil. Constatou-se, também, que melhorias nas condições e possibilidades de atendimento para esse segmento nos espaços culturais é uma tarefa necessária para reconhecer as crianças como cidadãos de direitos, e as instituições culturais como espaços democráticos.

Palavras-chave: Infância. Educação Infantil. Espaços Culturais.

* Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Professora do Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

** Mestre em Museologia e Patrimônio pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

*** Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Professora da Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro.

Introdução

O objetivo principal da pesquisa que deu origem às questões aqui apresentadas é investigar alguns setores educativos de museus e centros culturais da cidade do Rio de Janeiro, com o intuito de mapear e conhecer as atividades oferecidas ao público em geral – e mais especificamente às crianças de 0 a 6 anos –, a estrutura de funcionamento mantida pelas instituições, os agentes sociais que neles atuam e, principalmente, as estratégias pedagógicas desenvolvidas nesses espaços.

Para a realização da primeira etapa da investigação seria necessário mapear os museus da cidade do Rio de Janeiro que possuem setores educativos. Para grata surpresa do grupo de pesquisa, o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) lançou, nesse mesmo ano, 2011, o Guia dos Museus Brasileiros.

O Ibram, criado em 2009, sucedeu o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) nos direitos, deveres e obrigações relacionados aos museus federais. Para Machado (2009), sua criação representa uma importante iniciativa e um antigo anseio da comunidade museológica, que vem reconhecer o lugar estratégico dos museus na política pública de cultura brasileira. Mas há de se destacar a participação do Ministério da Cultura e do IPHAN no estímulo dado à criação da Política Nacional de Museus e do Sistema Brasileiro de Museus – rede de articulação e desenvolvimento dos museus brasileiros.

Segundo os organizadores do Guia, as informações apresentadas foram coletadas de 2006 a 2011 pelo Cadastro Nacional de Museus (CNM), “com o objetivo de recolher sistematicamente informações sobre os museus brasileiros e compartilhá-las amplamente com a sociedade, visando assim constituir-se não apenas em importante fonte de pesquisa, mas também em centro difusor dos museus brasileiros” (IBRAM, 2011, p. 13). A equipe responsável destacou, ainda, a intenção de estimular não somente a visitação, “seja ela presencial ou virtual, mas também o conhecimento e a apropriação das mais de 3.000 instituições museológicas brasileiras” (IBRAM, 2011, p. 13).

Deste modo, tendo em vista a produção de um material tão recente sobre os museus brasileiros, o Guia se apresentou como ponto de partida basilar para o desenvolvimento da pesquisa, pois, supunha-se, os dados sobre os espaços estariam atualizados. Entretanto, apesar de os organizadores destacarem que essa distribuição buscou facilitar o manuseio, permitindo ao leitor uma rápida identificação dos conteúdos, ao explorar o material, não foi essa a constatação dos integrantes do grupo de pesquisa, que apuraram informações equivocadas e desatualizadas sobre os museus e espaços culturais cadastrados.

Após a tentativa de atualização dos dados das instituições, a etapa posterior da pesquisa foi o envio de questionários aos museus da cidade do Rio de Janeiro buscando informações sobre o atendimento oferecido pelos espaços às crianças de 0 a 6 anos.

Neste texto, apresentaremos os resultados obtidos com o desenvolvimento da pesquisa, estruturando-os em cinco momentos: 1) considerações acerca das informações disponibilizadas e problemas encontrados na publicação do Guia Brasileiro de Museus; 2) apreciação da distribuição dos espaços culturais no estado do Rio de Janeiro; 3) apresentação dos caminhos metodológicos percorridos na pesquisa; 4) análise dos resultados obtidos no questionário enviado aos museus da cidade do Rio de Janeiro, o qual se configurou como estudo-piloto ou pré-teste para a continuidade da investigação e, por fim; 5) reflexão sobre as possibilidades de apropriação dos espaços culturais pelo público infantil matriculado no segmento de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação do RJ.

O Guia Brasileiro de Museus

Na *Apresentação* do Guia Brasileiro de Museus, a equipe esclarece que a escolha do nome *Guia* representa uma referência e homenagem a todos os projetos, tanto temáticos quanto estaduais, regionais ou mesmo de caráter nacional, que já tenham sido desenvolvidos no Brasil, fontes indispensáveis para o mapeamento inicial do CNM. É possível identificar, também, a intenção que moveu a elaboração do material: “o Guia foi disponibilizado com o objetivo de conferir aos cidadãos uma publicação que indicasse facilmente as direções, e que, ao mesmo tempo, fosse capaz de oferecer informações fundamentais sobre as práticas e serviços dos museus brasileiros” (IBRAM, 2011, p. 13).

O instrumento utilizado pelo CNM para a coleta de dados foi um questionário de cadastramento, buscando dar conta do amplo espectro de atuações museais brasileiras. O período de corte da pesquisa na base de dados do CNM ocorreu entre os meses de outubro de 2010 a janeiro de 2011. No Guia estão relacionadas mais de 3.000 instituições museológicas, e as informações foram divididas em oito capítulos, sendo os cinco capítulos iniciais relativos aos museus presenciais existentes nas regiões brasileiras. Em seguida, são relacionados os museus em processo de implantação, os museus virtuais e os museus extintos, incorporados e renomeados. Cada capítulo está separado por cores específicas para as regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Sul, Centro-Oeste e há também a separação

por cores dos museus virtuais, dos museus em implantação e dos museus extintos, incorporados e renomeados.

Ainda com relação aos museus listados, os organizadores esclarecem que,

primeiramente, são apresentadas as instituições *cadastradas* – aquelas que preencheram o questionário de cadastramento do CNM e que, portanto, dispõem de um conjunto maior de informações. Em seguida são apresentados os museus denominados *mapeados* – instituições cuja existência foi verificada através de contato telefônico ou e-mail, mas que não preencheram o questionário de cadastramento. (IBRAM, 2011, p. 17, grifos no original).

Elucidam, ainda, que “a distinção entre museus *cadastrados* e *mapeados* é realizada pela cor do traço de sublinhado presente no título da instituição e pela quantidade de dados apresentados. Assim, museus *cadastrados* estão sublinhados em vermelho e museus *mapeados* em cinza” (IBRAM, 2011, p. 17). Contudo, essa informação consta apenas na *Apresentação*, em meio a tantas outras, e, na verdade, a distinção entre instituições *cadastradas* e *mapeadas* não é facilmente visualizada ou compreendida pelo leitor, em nada acrescenta e não possui nenhuma lógica para quem pretende apenas consultar um *guia*.

Também na apresentação das instituições, organização segue o critério das regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul, Centro-Oeste), mas, além da ordem alfabética das cidades de cada região, não apresenta uma lógica clara. As instituições não estão listadas em ordem alfabética, por bairro ou por categoria de museus.

As informações disponibilizadas ao leitor oferecem informações como ano de criação, situação atual, endereço, tipologia de acervo, acessibilidade, infraestrutura para o recebimento de turistas estrangeiros, horário de funcionamento e natureza administrativa de todos os museus já mapeados pelo Ibram. Entretanto, ao analisar as informações disponibilizadas, deparamo-nos com a falta de alguns desses dados e, principalmente, com a carência de maiores esclarecimentos sobre as temáticas de cada instituição, o que acaba por cercear o objetivo do Guia de estimular a visitação das instituições museológicas brasileiras, uma vez que a especificidade de seus acervos e conteúdos não é esclarecida.

O texto de apresentação do Guia Brasileiro de Museus esclarece que as informações prestadas sobre as instituições são autodeclaradas e, portanto, sua veracidade é de responsabilidade dos profissionais que realizaram o preenchimento e o envio do instrumento de pesquisa. Todavia, o Guia também explicita que, ao receber o questionário, coube à equipe do CNM realizar uma verificação nos itens referentes ao cumprimento das ações de preservação e comunicação “dos conjuntos e coleções de

valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural” (IBRAM, 2011, p. 18) e também o esclarecimento de dúvidas diretamente com as instituições declarantes. Somente após o correto preenchimento de todos os campos considerados obrigatórios e o atendimento das ações relacionadas no art. 1º do Estatuto de Museus é que a unidade museal seria cadastrada.

Nesse sentido, em uma análise mais cuidadosa do Guia, foi possível detectar que o trabalho de esclarecimento junto às instituições, no que tange às tipologias do acervo declaradas, foi escasso. Das 113 instituições listadas, apenas no município do Rio de Janeiro, 56 não informam a tipologia do acervo e 9 informam esses dados de forma incompleta, o que acaba por reduzir ao público as informações necessárias para o estímulo à visitação desses espaços. Mais do que informar a tipologia dos acervos, é preciso conquistar a curiosidade dos leitores ao esboçar as experiências que podem ser vivenciadas nessas instituições.

Após a constatação desses equívocos na publicação, questões relativas à elaboração, ao manuseio e às informações constantes no Guia foram objeto de discussão ao longo de toda a investigação do grupo.

O Estado do Rio de Janeiro e a distribuição dos espaços culturais

O Rio de Janeiro é um estado com população estimada de 16.550.024 numa área de 43.777,954 km², cuja densidade demográfica é de 365,23 hab/km e o rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* da população residente corresponde a R\$1.193¹. Devido ao fato de já ter sediado a capital brasileira e a sua expressividade em âmbito nacional e internacional, o grupo de pesquisa optou por iniciar suas investigações nesse estado.

De acordo com a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que instituiu o Estatuto de Museus,

Consideram-se museus, para os efeitos desta² Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (BRASIL, 2009, art. 1º).

A partir de uma análise detalhada do Guia Brasileiro de Museus, no que tange ao Estado do Rio de Janeiro, constatou-se a existência de 246 museus distribuídos pelos 92 municípios. Todavia, apenas 55 municípios possuem museus, outros 37 não têm nenhum espaço cultural cadastrado, conforme mostra o quadro abaixo:

Quadro 1 – Análise de Museus x Município do estado do Rio de Janeiro - BR

Museus Municípios no Estado do Rio de Janeiro	
Total de municípios no Estado do Rio de Janeiro	92
Municípios que não possuem museu	37
Municípios que possuem museu	55
Municípios com maior quantidade de museu	Rio de Janeiro - 113 Valença - 18 Niterói - 11 Petrópolis - 08

Fonte: Grupo de Pesquisa (2015).

O quantitativo de instituições cadastradas por município no quadro acima aponta ainda que os municípios detentores de maior quantidade de museus e centros culturais cadastrados são: Rio de Janeiro, com 116 instituições; Valença, que possui 18 instituições; Niterói, com 11 instituições; e Petrópolis, que apresenta 8 instituições. Os outros 47 municípios do Estado, em sua maioria, possuem apenas um ou dois espaços culturais cadastrados.

Considerando a extensão territorial e a demografia populacional do Estado do Rio de Janeiro, a má distribuição dos equipamentos culturais acaba por dificultar o direito de acesso à cultura de todo cidadão brasileiro, conforme exposto na Constituição Federal de 1988: “Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.” (BRASIL, 1988).

Não causa surpresa constatar que a cidade do Rio de Janeiro apresenta um número mais elevado de museus do que os demais municípios, uma vez que, no curso da história, foi a capital política e, ainda hoje, é considerada a capital cultural do país. Entretanto, apesar do número elevado de instituições culturais, comparada aos demais municípios, a cidade do Rio de Janeiro também apresenta uma distribuição desigual dos equipamentos culturais em seu território.

Dos 113 museus da cidade, 38 estão localizados na zona sul, 36 estão localizados na região do centro, 33 na zona norte, e apenas 6 na zona oeste. Apesar de parecer equânime a distribuição quantitativa das instituições culturais na maior parte da cidade, considerando o fato de que a grande maioria da população reside nas regiões da zona norte e zona oeste, esse dado mostra uma distribuição desigual nas ações que promovem a cultura e as tradições locais por parte das esferas governamentais.

Sabe-se que a forma e as funções sociais dos museus têm variado sensivelmente no curso da história. Seu conteúdo tem se diversificado, assim como sua missão, sua forma de funcionamento, e sua administração. Atualmente, a maioria dos países estabelece definições de museu por meio de textos legislativos ou por intermédio de suas organizações nacionais. A definição de museu mais difundida, desde 2004, e revista na Assembleia Geral de Viena, em 2007, é a do Estatuto do Conselho Internacional de Museus (ICOM, 2007):

Museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento e aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite. (ICOM, 2007).

No entanto, por meio do processo museológico de coleta, registro, preservação, pesquisa e comunicação, é possível o contato com o patrimônio cultural, de forma a estimular a curiosidade e o conhecimento de diversas temáticas e de povos diversos, variando de acordo com as tipologias de acervo de cada instituição. Vale destacar que Patrimônio Cultural é entendido como o conjunto de valores, representados nas formas tangíveis e intangíveis, fruto da natureza ou da criação humana, considerado representativo de algo que é importante preservar para determinado grupo (VARINE, 2012).

Os caminhos metodológicos percorridos na pesquisa

Os estudos sobre museus no Brasil já contam com uma expressiva produção acadêmica que, em grande parte, problematiza sob diferentes enfoques a questão educativa dos museus. Entretanto, conforme destaca Machado (2009), essa é uma área que carece de pesquisas que tenham como objeto de estudo o próprio setor educativo, enquanto responsável pelas atividades educativas desenvolvidas no museu.

Mapeamento das instituições que possuem setor educativo

Efetuada a contagem dos museus da cidade do Rio de Janeiro listados no Guia Brasileiro de Museus, pois não estão numerados, verificou-se que o universo de investigação era composto por 116 instituições. O grupo de pesquisa decidiu que o contato com as instituições seria realizado via e-mail, e os espaços museais foram divididos entre os integrantes da equipe. Para tanto, com o intuito de

uniformizar esse contato, uma mensagem breve foi elaborada e encaminhada a essas instituições, apenas identificando o grupo de pesquisa, informando sobre o objeto investigado e solicitando a informação que se desejava obter: se as instituições possuíam ou não setor educativo.

Buscando conhecer melhor esses espaços, no momento do envio dos e-mails, dois aspectos foram detectados: 15 instituições não dispunham de endereço eletrônico, e 4 espaços, apesar de se apresentarem de modo autônomo, possuíam a mesma gestão administrativa, o mesmo endereço e um único responsável por informações como a que buscávamos. Não havia então motivos para contatar a mesma instituição duas vezes. Feitos esses ajustes, a amostra contou com 96 espaços culturais.

Nesse contato via web com os museus, algumas instituições trocaram e-mails com os integrantes do grupo destacando que não compreenderam ou estranharam a nomenclatura “setor educativo”: “o que você chama de setor Educativo?”; “Nós temos um departamento que atende escola. É isso que a pesquisa quer saber?” Por outro lado, essa constatação reiterou a necessidade de aprofundar as discussões em torno desse conceito.

A literatura sobre museus de diferentes tipologias afirma a educação como um dos principais objetivos dessas instituições e considera o setor educativo como responsável pelo desenvolvimento das ações educativas oferecidas pelos museus, especialmente ao público escolar.

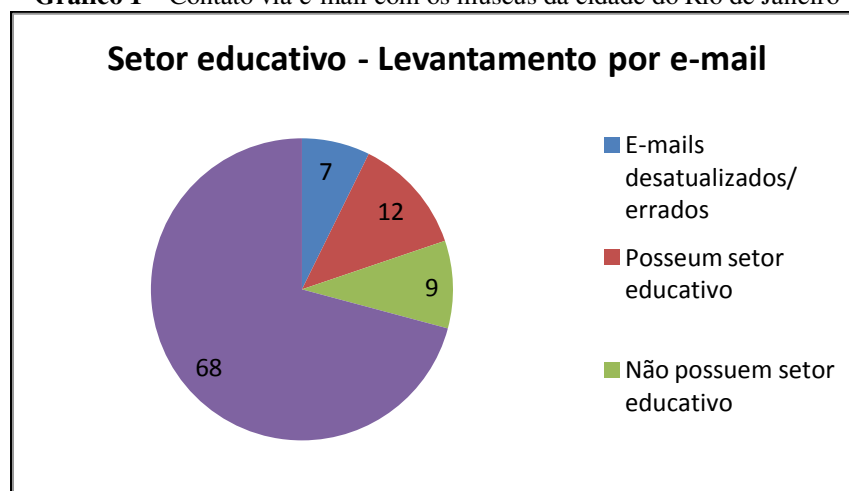
Tomando então como base a bibliografia sobre educação em museus, dada a ausência de estudos específicos sobre o tema, Machado (2009) apresenta um breve histórico do surgimento dos setores educativo nos museus, as funções que lhe foram atribuídas e as principais características que vêm definindo a sua atuação. Para a autora, o setor educativo se configura como uma área ou um serviço específico do museu, criado para atender o grande público, especialmente o escolar. “Enquanto o museu não dispunha de setor educativo ou profissionais destinados às tarefas educativas, cabia ao curador provê-lo de atividades educativas para receber as escolas” (MACHADO, 2009, p. 34).

Segundo os estudos de Machado (2009), o primeiro setor educativo permanente de museu foi criado pelo Museu do Louvre, em 1880 e, naquele mesmo ano, o *Victoria and Albert Museum* também instituiu um setor educativo. A autora destaca que as atribuições dos setores educativos, afirmadas e sistematizadas em vários seminários internacionais e nacionais na época, são fundamentalmente as mesmas assumidas pelo setor educativo do *Victoria and Albert Museum* e continuam sendo, ainda hoje, as principais atribuições que cabem aos setores educativos das diferentes categorias de museus: organização de horários de visitação, promoção de exposições temporárias, ampliação do acesso, desenvolvimento de atividades educativas para estudantes etc. (MACHADO, 2009, p.13). Entretanto,

Machado (2009) ressalta a ausência de discussão de referenciais teóricos para as ações educativas propostas e da sua importância para orientar a concepção, realização e avaliação das práticas educativas nos museus.

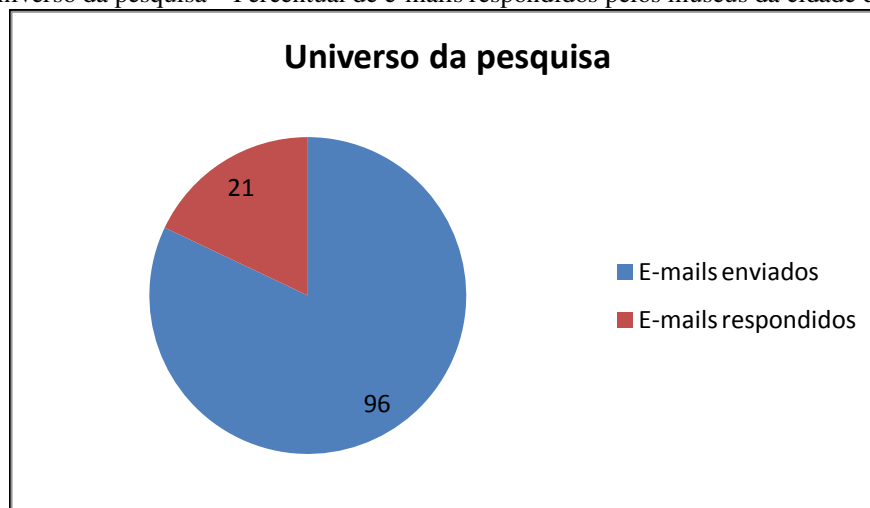
Após inúmeras tentativas de contato, reenvio dos e-mails e semanas aguardando pelas respostas, foram obtidos os seguintes resultados: das 96 instituições a que foram encaminhados e-mails, 7 endereços eletrônicos retornaram como inexistentes; 12 responderam que possuíam setor educativo; 9 declararam não ter setor educativo; e 68 não responderam ao contato via web (Gráfico 1). Ou seja, nesse primeiro momento, de 96 e-mails enviados, obteve-se o retorno de apenas 21 espaços (21,87%) (Gráfico 2).

Gráfico 1 – Contato via e-mail com os museus da cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Elaborado pelo Grupo de Pesquisa (2015).

Gráfico 2 – Universo da pesquisa – Percentual de e-mails respondidos pelos museus da cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Elaborado pelo Grupo de Pesquisa (2015)

Conforme já mencionado, a etapa posterior da pesquisa foi o envio de questionários para os museus da cidade do Rio de Janeiro buscando informações sobre o atendimento oferecido pelos espaços às crianças de 0 a 6 anos. Tendo em vista o baixo retorno dos e-mails enviados anteriormente e do reduzido número de instituições que declararam possuir setor educativo, o questionário foi encaminhado às 116 instituições cadastradas no Guia Brasileiro de Museus.

Questionário investigativo sobre as ações educativas

O questionário enviado às instituições foi composto por vinte e três questões que investigaram diferentes aspectos relativos à organização dos setores educativos, as atividades educativas e o atendimento ao público infantil.

Elaborado de forma a tentar compreender como se estruturam os setores educativos nas instituições, o questionário teve como eixo principal as seguintes questões: a existência de um setor/área/instância/núcleo/serviço/coordenação ou departamento educativo e sua denominação e, nos casos de inexistência, os motivos; a existência de um Plano Diretor; a existência de Plano Educacional e se o setor educativo participava de sua elaboração; a disponibilidade de transporte para visitantes.

Para investigar as ações educativas realizadas nos espaços, foi indagado se as instituições desenvolviam atividades planejadas; quais as audiências atendidas; a quantidade de profissionais envolvidos; quais as atividades educativas desenvolvidas nos últimos anos e a sua periodicidade; se realizavam avaliações das ações educativas; se havia e qual o referencial teórico que alicerçava as ações; se firmavam parcerias com outras instituições (escolas, ONGs, instituições financeiras, secretarias, governamentais etc.) para a realização das atividades; e se utilizavam mídias no desenvolvimento das ações.

O conjunto de perguntas destinado a investigar o atendimento ao público infantil buscou saber se as crianças eram incluídas no controle de visitantes e qual sua frequência; se as instituições possuíam um projeto específico para o público infantil; quais as atividades oferecidas; se as instituições ofereciam condições adequadas para o atendimento às crianças; qual o perfil do profissional que

realizava as ações educativas com esse público; e se as instituições consideravam que deveria ocorrer alguma mudança para melhor atender esse segmento.

Dos questionários enviados, após contínuo contato com as instituições solicitando retorno, foram obtidas 31 respostas. Para analisar estatisticamente as respostas foi construída uma base de dados no software SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences* - Programa Estatístico para as Ciências Sociais) com informações provenientes das perguntas fechadas do questionário.

As condições de atendimento ao público infantil nos espaços culturais da cidade do Rio de Janeiro

Considerando a responsabilidade do Estado perante às instituições destinadas à salvaguarda dos patrimônios culturais, a pesquisa realizada aferiu que a natureza administrativa das instituições museais da cidade do Rio de Janeiro é composta em sua maioria de instituições públicas (74), contando ainda com 36 instituições privadas, 1 instituição de economia mista e 4 instituições que não declararam sua natureza administrativa. Das instituições públicas, 47 são federais, 14 municipais e 13 estaduais. No estudo piloto, obtivemos a resposta de 21 instituições públicas e 10 instituições privadas (Quadro 2).

A preponderância de instituições públicas respondendo a pesquisa nos leva a refletir sobre o papel do Estado na preservação e difusão do patrimônio cultural, definido no artigo 216 da Constituição Federal da seguinte forma: “constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (...)”. E, nos parágrafos 1º, 2º e 3º, as ações concernentes ao Estado que visam a garantir esse direito:

§ 1.º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação;

§ 2.º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem;

§ 3.º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

Quadro 2 – Regime jurídico-administrativo dos museus da cidade do Rio de Janeiro – BR

Classificação como público ou privado				
Classificação	Frequência	Percentual (%)	Percentual válido (%)	Percentual acumulado (%)
Público	21	67,7	67,7	67,7
Privado	10	32,3	32,3	100,0
Total	31	100,0	100,0	

Fonte: Grupo de Pesquisa (2015).

Quando questionados acerca da presença de um setor/área/instância/núcleo/serviço/coordenação ou departamento educativo, 25 dos respondentes afirmaram que sim (Quadro 3). Dentre as instituições que declararam não possuir, cinco atribuíram essa ausência à falta de pessoal, uma atribuiu a não existência do setor no âmbito do Ibram e uma não justificou a razão da ausência. No item seguinte, foi questionada a denominação que davam a esse espaço educativo. Dentre as vinte cinco instituições, apenas duas apresentavam a mesma alcunha: “Núcleo de Educação”.

Os nomes foram os mais variados: Programa Educativo/Difusão cultural, Gerência socioeducativa, Divisão Educativa, Biblioteca Elias José e Contação de Histórias e Oficinas Culturais, Serviço de Exposições e Educação Patrimonial (SEEXP), Serviço Educativo, Programa Educacional e Social, Núcleo de Educação (2), Núcleo Educativo Cultural, Diretoria de Astronomia e Cultura (DAC), Coordenação Exercida pela Secretaria de Comunicação e Cultura, Setor Educativo e Centro de Pesquisa da Antiguidade (CPA/RJ), Sociedade Bíblica do Brasil, Núcleo Pedagógico, Núcleo GeoEducAtivo, Setor Educativo, Centro de Educação Ambiental do Parque (CEAMP) e o NEA EA, Ação Educativa, Seção de Ação Educativa, Educativo do Museu, Programa Educativo, Seção Educativa e Coordenação de Educação.

Tal constatação reflete uma dificuldade vivenciada até mesmo em meios às políticas públicas referentes à educação museal. Em 2011, o Ibram lançou as bases para a construção de um Programa Nacional de Educação Museal (PNEM). Esse documento também não estabelece um termo padrão para a divisão responsável pelas ações educativas, mas garante “a presença do setor/área/coordenação/departamento educacional na estrutura organizacional do museu, dotando-o de infraestrutura necessária, para sua implementação e para o desenvolvimento de seus projetos” (IBRAM, 2011).

O Estatuto de Museus (Lei nº 11.904, de 14 de Janeiro de 2009), subseção II, art. 29, estabelece que “os museus deverão promover ações educativas, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para ampliar o acesso da sociedade às manifestações

culturais e ao patrimônio material e imaterial da Nação”(BRASIL, 2009); no entanto, não especifica quem é o profissional responsável por essa atividade.

Quadro 3 – setor/área/instância/núcleo/serviço/coordenação ou departamento educativo

Setor/área/instância/núcleo/serviço/coordenação ou departamento educativo				
	Frequência (%)	Percentual (%)	Percentual válido (%)	Percentual acumulado (%)
Não	6	19,4	19,4	19,4
Sim	25	80,6	80,6	100
Total	31	100	100	

Fonte: Grupo de Pesquisa (2015).

O principal público atendido pelas atividades desenvolvidas por esses setores educativos, segundo as respostas coletadas, são as crianças, especificamente as de faixa etária entre 7 e 12 anos, os adolescentes e adultos. Das instituições respondentes, 93,5% afirmaram que as atividades desenvolvidas atendem as crianças de 7 a 12 anos e o público adolescente; em seguida, encontramos o público adulto, com 87,1% de afirmações. Ou seja, as atividades dos museus atendem prioritariamente o público com mais idade. Na faixa etária de 4 a 6 anos de idade, encontramos um percentual de 64,5% de instituições que afirmaram atender essa faixa (Quadro 4).

Quadro 4 – Público atendido pelos museus do Rio de Janeiro por faixa etária

Público atendido pelos museus do Rio de Janeiro										
Crianças							Adolescentes (13-18 anos)		Adultos (> 18 anos)	
0-3 anos			4-6 anos		7-12 anos					
	Frequência	Percentual (%)	Frequência	Percentual (%)	Frequência	Percentual (%)	Frequência	Percentual (%)	Frequência	Percentual (%)
Não	24	77,4	10	32,3	1	3,2	1	3,2	2	6,5
Sim	6	19,4	20	64,5	29	93,5	29	93,5	27	87,1
Missing	1	3,2	1	3,2	1	3,2	1	3,2	2	6,5

Fonte: Grupo de Pesquisa (2015).

Ao compararmos esses dados com a frequência das crianças às instituições, verificamos que, desse público, as de faixa etária entre 7 e 12 anos são as que mais frequentam os museus, sendo a maioria das respostas de frequência entre média, alta e muito alta (quadro 5). Já o público infantil entre 4 e 6 anos tem uma frequência menor; apenas 48,5% das instituições dizem que a frequência é entre

média e muito alta. Deste modo, é possível pensar na correlação entre o público a que se destinam as atividades desenvolvidas pelos museus e a frequência com que ele os visita.

Destacamos a baixa frequência das crianças entre 0 e 3 anos e o baixo número de instituições que desenvolvem atividades para esse público: apenas 19,4%.

Quadro 5 – Frequência de visitas de crianças aos museus da cidade do Rio de Janeiro – BR

Frequência com que as crianças visitam os museus						
Classificação	0-3 anos		4-6 anos		7-12 anos	
	Frequência	Percentual (%)	Frequência	Percentual (%)	Frequência	Percentual (%)
Inexistente	6	19,4	1	3,2	-	-
Muito baixa	3	9,7	4	12,9	-	-
Baixa	6	19,4	4	12,9	-	-
Média	4	12,9	6	19,4	8	25,8
Alta	2	6,5	7	22,6	10	32,3
Muito alta	-	-	2	6,5	6	19,4
Total	21	67,7	24	77,4	24	77,4
Missing	10	32,3	7	22,6	7	22,6

Fonte: Grupo de Pesquisa (2015).

Apesar de a maioria das instituições afirmar que possui projeto específico para o atendimento ao público infantil, a sua presença nas instituições pesquisadas revela-se muito baixa, como visto no Quadro 6. Carvalho (2014, p. 303) aponta que “sem dúvidas, dentre as dificuldades apontadas pelos integrantes do Setor Educativo no atendimento ao público escolar, lidar com as crianças pequenas foi a mais recorrente, configurando-se, por vezes, como o mais indesejado dos visitantes”.

Tal fato nos leva a questionar se as crianças podem estar tendo menos experiências e oportunidades em espaços culturais, que sirvam como momentos de desenvolvimento da imaginação e da criação. Segundo Vigotski (2009, p. 22), “a atividade criadora da imaginação depende diretamente da riqueza e da diversidade da experiência anterior da pessoa, porque essa experiência constitui o material com que se criam as construções da fantasia. Quanto mais rica a experiência da pessoa, mais material está disponível para a imaginação dela.” Nesse sentido, buscar entender o atendimento disponibilizado às crianças permite discutir o que caracteriza a formação cultural realizada por tais instituições para esse público e pensar em possibilidades de melhora nas ações desenvolvidas e na

infraestrutura, para que ocorra um atendimento que leve em consideração as especificidades da infância.

Quadro 6 – Presença de projetos específicos para o público infantil em museus da cidade do Rio de Janeiro – BR

Projeto específico para o atendimento do público infantil				
	Frequência	Percentual (%)	Percentual válido (%)	Percentual acumulado (%)
Não	10	32,3	34,5	34,5
Sim	18	58,1	62,1	96,6
Não se aplica	1	3,2	3,4	100
Total	29	93,5	100	-
<i>Missing</i>	2	6,5	-	-
Total	31	100	-	-

Fonte: Grupo de Pesquisa (2015)

Quando questionados acerca das atividades oferecidas ao público infantil, 27 espaços afirmaram oferecer algum tipo de atividade, especificamente visita guiada, oficina e teatro (Quadro 7). No entanto, sabe-se que apenas a oferta não garante a qualidade e nem assegura que as crianças estejam frequentando tais equipamentos culturais para desfrutar das atividades.

Foi possível perceber, também, que algumas instituições têm demonstrado preocupação com essa relação e buscado desenvolver outras atividades específicas para o público infantil como oficinas, áreas externas planejadas, protagonismo infantil, tanto no acervo e nas propostas midiáticas quanto nas abordagens teatrais. Todavia, cabe ressaltar que, na busca por estratégias mais dinâmicas e interativas de mediação, é preciso cuidado para que a experiência em museus não seja transformada numa atividade superficial, pois deixar de explorar o tema e conteúdos de acordo com o interesse e adequação à faixa etária do público é reduzir o potencial da instituição. Conforme destaca Carvalho (2014, p. 311), as crianças pequenas merecem um atendimento e um “reconhecimento de que são capazes de frequentar esses espaços, de que têm esse direito – como sujeitos e cidadãos –, de que têm especificidades que precisam ser respeitadas”.

Quadro 7 – Atividades oferecidas pelos museus da cidade do Rio de Janeiro ao público infantil

Atividades oferecidas ao público infantil				
Atividades	Sim	Não	Não se aplica	Total
Visita guiada	24	3	4	31
Oficina	21	6	4	31
Teatro	10	17	4	31
Outros	18	10	3	31

Fonte: Grupo de Pesquisa (2015).

Na questão aberta do questionário que solicitou às instituições que especificassem quais outras atividades eram realizadas com o público infantil, foram citados concertos, contação de histórias, caminhadas ecológicas, exibição de filmes, livro-jogos, brincadeiras, cadernos pedagógicos, laboratórios de música, exploração do acervo da biblioteca, dança e artes integradas, empréstimo de acervo, colônia de férias, acampamento, oficina ambiental, pinturas, jogos e gincanas culturais.

A partir destes dados pode-se notar que, apesar de ainda ser baixa a frequência de crianças de 0 a 3 anos que visitam os espaços culturais, o crescimento na frequência de visitantes de 4 a 6 anos pode estar estimulando essas instituições a pensar em novas estratégias para receber o público infantil.

Nesse sentido, Pol e Asensio (2006) destacam que um fator relevante nas exposições que não têm contemplado o público infantil é a variedade de oferta nas ações educativas. Em suas pesquisas por museus de todo o mundo, os autores têm detectado que, muitas vezes, as ofertas de programas são escassas, antigas, monótonas e muitas instituições não fazem o trabalho de reformulá-las ao longo do período de exposição, principalmente nas exposições permanentes, deixando de garantir a manutenção da qualidade e a novidade em suas propostas.

Logo, a concepção das atividades educativas a partir de um caráter processual com espaço para a criação, reinvenção e reformulação é um aspecto interessante a ser observado nas propostas das instituições.

As possibilidades de apropriação dos espaços culturais na cidade do Rio de Janeiro pelo público de Educação Infantil

Na pesquisa realizada por Cazelli (2010), a autora relata que a cidade do Rio de Janeiro, apesar de ser um dos mais importantes centros culturais do Brasil, não fornece acesso à cultura de maneira

equânime para seus habitantes. Os museus, centros culturais, teatros, cinemas e bibliotecas estão quase todos localizados no Centro, São Cristóvão, Zona Sul, Tijuca, Vila Isabel e Barra.

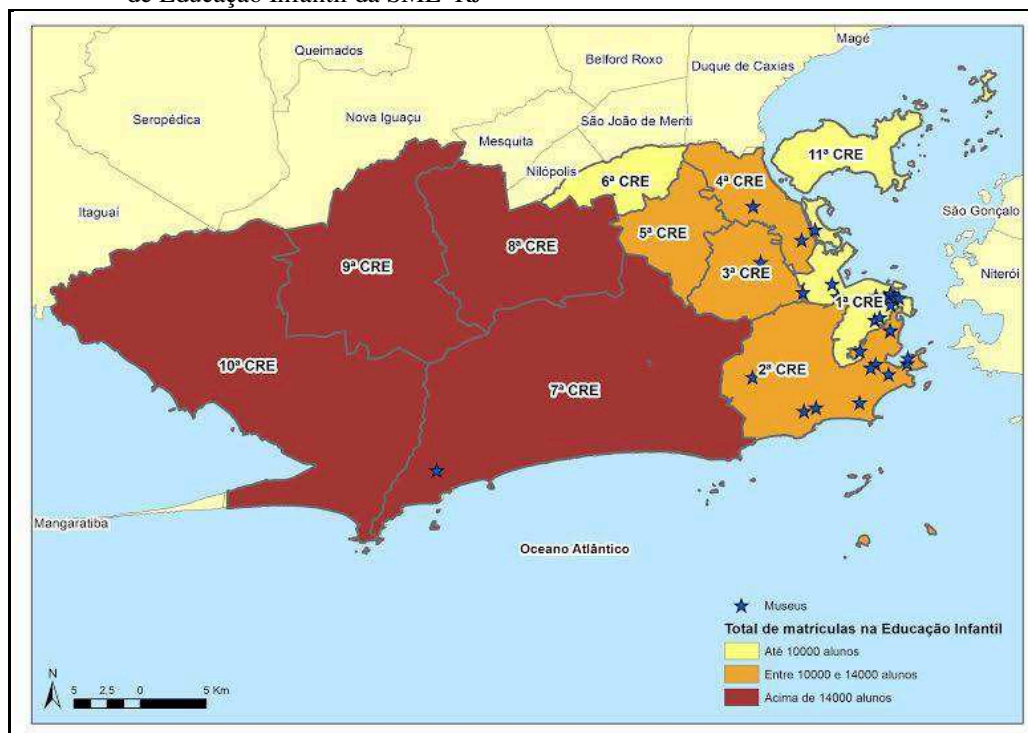
Desta forma, mesmo possuindo o maior quantitativo de museus no estado, devido às más condições de deslocamento e à desigual distribuição dos equipamentos culturais, pode-se aferir que a apropriação desses espaços é também dificultada a um número elevado de crianças matriculadas na rede municipal de ensino (Mapa 1). Portanto, deixa-se de assegurar o direito garantido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996, que em seu art. 1º define que “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” (BRASIL, 1996).

Ainda hoje uma das principais críticas aos currículos diz respeito à desvalorização e à folclorização dos saberes produzidos socialmente, deixando a cultura à parte, em virtude da valorização do conhecimento científico nas escolas. Neste aspecto, Arroyo (2003) alerta para o fato de que a cultura é um componente central da formação e da compreensão dos processos sociais e educativos.

A cultura deixou de ser nosso território para ser encarada como um território do qual deveríamos distanciar-nos e distanciar o povo, os escolarizando. A cultura do povo, dos jovens e adultos, das comunidades negras, dos povos indígenas, ainda é vista pela cultura escolar como primitivismo, preconceitos, crenças a serem superadas pelo saber racional instrumental moderno. Uma visão reducionista da cultura como emanando do agir humano mais tradicional e estático. Uma visão da cultura que contaminou o povo. (ARROYO, 2003, p. 40).

Nesse sentido, deflagramos a necessidade de que as políticas culturais públicas estejam voltadas para a redução das desigualdades, viabilizando a possibilidade de acesso aos equipamentos culturais de modo equânime. No entanto, temos um elevado número de crianças matriculadas nas creches e pré-escolas da rede municipal de educação, principalmente nas 7ª, 8ª, 9ª e 10ª Coordenadorias Regionais de Educação (CRE), localizadas na região da zona oeste da cidade (Barra da Tijuca, Bangu, Campo Grande, Santa Cruz e Jacarepaguá), que precisariam atravessar longas distâncias para acessarem os equipamentos culturais participantes desta pesquisa (mapa 1). Sem contar o fato de que nem todos apresentam um projeto específico para o atendimento do público infantil. Há, portanto, um público em potencial desconsiderado por museus e centros culturais, que, agindo assim, descumprem com o seu papel na formação cultural do ser humano.

Mapa 1 – Distribuição de museus participantes da pesquisa e alunos matriculados no segmento de Educação Infantil da SME–RJ



Fonte: Elaborado pelo Grupo de Pesquisa (2015).

Avaliando o quantitativo de crianças que frequentam os espaços formais de educação e a distribuição dos museus, considerados espaços não formais de educação na cidade, destacamos os estudos de Trilla (1985, p. 143), ao afirmar que a educação não formal pode ser tão classista, alienante, burocrática, ineficaz, onerosa, obsoleta, manipuladora, estereotipada, uniformizadora etc. como pode ser a formal.

E, analisando historicamente as ações da sociedade, especificamente o caso brasileiro, percebe-se que por muito tempo a infância esteve excluída das preocupações de âmbito social. Foi com o estabelecimento da Constituição Federal (BRASIL, 1988), com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) que essa etapa, tão fundamental na formação dos seres humanos, passou a ser alvo de atenção, pois gerou uma demanda de políticas públicas específicas e garantidoras das leis dos direitos básicos desses indivíduos e sua gradual oferta nos sistemas de ensino público e privado.

Observa-se que, ao longo dos anos, a luta pela qualidade na formação nessa etapa específica do desenvolvimento vem sendo alvo de constantes debates e estudos teóricos, buscando-se compreender suas especificidades na apreensão do mundo. Por meio das pesquisas teóricas elaboradas em âmbito

nacional e internacional, hoje sabe-se que na faixa etária entre 0 a 6 anos, a construção do conhecimento se dá por meio da leitura de mundo estimulada pelos espaços educativos, sejam eles formais ou não formais, uma vez que nessa etapa de desenvolvimento as crianças ainda não possuem domínio do sistema formal de leitura e escrita.

A leitura de mundo é, segundo Paulo Freire (2001), uma interpretação de nós mesmos e das circunstâncias que nos rodeiam. Nessa perspectiva, reconhecemos que o observado fora de nós constitui também o que está dentro. Desse modo, constata-se quão essencial é revisitar e readquirir a cultura em seus diversos espaços como condição básica para a compreensão do homem em sua relação com o mundo, fruto da capacidade intelectual humana.

Os museus e centros culturais como espaços ligados diretamente à cultura podem ser locais privilegiados para a observação e fruição humana, nas mais diferentes idades. Entretanto, diante da constatação das reais condições de atendimento ao público infantil obtidas com a pesquisa realizada, deparamo-nos com a necessidade de refletir sobre o modo como esses espaços concebem a infância e as alternativas que poderiam oferecer para que as crianças fossem vistas e recebidas como um público potencial nesses espaços.

Faz-se necessário, portanto, o aumento de investigações nessa área bem como a ampliação do debate acadêmico nos campos da educação, infância e formação cultural que possibilitem a melhoria no atendimento a esse público específico. Além do simples atendimento, é preciso repensar o planejamento de ações educativas que visem ao estímulo do pleno desenvolvimento infantil, considerando suas especificidades e capacidade de observação, cognição e criação em todos os aspectos. Dessa forma, poderemos ter museus e centros culturais como *locus* privilegiado de estímulo aos processos de aprendizagem não formal, que ao longo da história tiveram sua potência reduzida por terem sido utilizados como espaços segregadores, destinados a uma minoria social economicamente privilegiada.

Considerações Finais

A partir da pesquisa aqui apresentada, com a qual se buscou conhecer a estrutura e o funcionamento dos espaços culturais da cidade do Rio de Janeiro e as condições e possibilidades de apropriação pelo público infantil dessas instituições, pode-se ressaltar alguns aspectos centrais dessa relação.

O primeiro ponto a se destacar refere-se à dificuldade de comunicação com as instituições culturais da cidade. Além da falta de padronização das informações, dos dados incompletos e/ou equivocados no Guia Brasileiro de Museus, em algumas instituições, é pouca a disponibilidade dos profissionais para o atendimento a solicitações de pesquisa – após contato incessante, em um universo de 116 instituições, houve o retorno de apenas 31 respostas.

A não padronização na organização das instituições se reflete na definição e no entendimento (ou na falta deles) sobre os setores educativos. Compreendendo que a partir das experiências nos museus é possível estimular a curiosidade e o conhecimento de diversas temáticas, a estruturação dos setores educativos nessas instituições é um dos elementos fundamentais para a execução do trabalho a ser desenvolvido nos museus.

A desigual distribuição dos equipamentos culturais, levando-se em conta a densidade demográfica em âmbito estadual e municipal, também foi detectada como um dos fatores que pode prejudicar a possibilidade de apropriação desses espaços por parte da população em visitas espontâneas ou escolares devido à necessidade de grandes deslocamentos e os custos despendidos.

Quanto às atuais condições de atendimento às crianças de 0 a 6 anos nos espaços culturais da cidade, a pesquisa revelou que ainda é pouca a atenção dada a esse público. Apesar de o segmento de educação infantil ser definido com etapa da Educação Básica desde a promulgação da LDB no ano de 1996, ainda é baixa a frequência das crianças nessas instituições devido à falta de atividades educativas específicas e/ou a escassa divulgação das propostas voltadas para as crianças.

Com as políticas de ampliação na oferta de ensino para esse segmento, aumentou o número de crianças matriculadas. Em vista disso, busca-se uma educação que contemple aspectos do desenvolvimento social e cognitivo a partir da construção dos processos simbólicos que ocorrem em meio às vivências culturais. Nesse sentido, a pesquisa aqui apresentada destaca o grande potencial de constituir-se em “público de museu” as crianças de 0 a 6 anos do segmento de educação infantil da Secretaria Municipal de Educação (SME-RJ).

A partir dos resultados obtidos com a investigação, pensar em melhorias nas condições e possibilidades de atendimento para as crianças do segmento de educação infantil nos espaços culturais é uma tarefa necessária e urgente. Reconhecer as crianças como sujeitos de direitos, e as instituições culturais como espaços democráticos, configura-se em uma concepção de educação que valoriza os saberes socialmente produzidos em todas as idades. Nessa perspectiva, a relação entre infância e espaços de formação cultural evidencia-se não só como possível, mas também como necessária.

Notas

¹ Dados referentes ao ano de 2015.

² As falas apresentadas ao longo deste texto foram coletadas pelos integrantes do grupo de pesquisa nos contatos via web e também telefônicos.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. Pedagogias em movimento – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? In : *Currículo sem Fronteiras*, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, jan./jun. 2003, p. 28-49.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF. 191-A 05 out. 1988, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 26 mar. 2016.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF. 16 jul. 1990, p. 13563. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em 08 de nov. 2016.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº. 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996, p. 27833. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 15 mar. 2016.

BRASIL. Lei n. 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Estatuto dos Museus. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF. 15 jan. 2009, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm>. Acesso em 08 de nov. 2016.

CARVALHO, Cristina. “Criança menorzinha... Ninguém merece!”: Políticas de infância em espaços culturais. In: ROCHA, Eloisa; KRAMER, Sonia (orgs). *Educação Infantil: Enfoques em diálogo*. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 2014, p. 295-312.

CAZELLI, Sibeles. Jovens e escolas: quais os efeitos dos diferentes capitais no acesso a museus? In: RIBEIRO, L. C. de Q. et al (Orgs.). *Desigualdades urbanas, desigualdades escolares*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010, p. 175-216.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Página Institucional. Base de dados. Disponível em: <www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=rj>. Acesso em nov.2015.

ICOM. The Word Museum Community. Disponível em: <http://icom.museum/the-vision/museum-definition/> Acesso em: mar. 2016.

MACHADO, Maria Ioni Seibel. *O papel do setor educativo nos museus: análise da literatura (1987 a 2006) e a experiência do museu da vida*. 2009. 244f. Tese (Doutorado em Educação), Unicamp: Instituto de Geociência, 2009.

POL, Elena; ASENSIO, Mikel. La Historia Interminable: Una visión Crítica sobre La Gestión de Audiencias Infantiles em Museos. In: *MUS-A. Revista de los Museos de Andalucía*. v. 4, 2006. p.10-20.

INSITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Plataforma de diálogo para a construção do Programa Nacional de Educação Museal. [S.l], 2011. Disponível em: pnem.museus.gov.br/forums/topic/setorareacoordenacaodepartamento-educacional. Acesso em: abr. 2016.

TRILLA, Jaume. *La educación fuera de La escuela: enseñanza a distancia, por correspondência, por ordenador, radio, vídeo y otros médios no formales*. Barcelona: Planeta, 1985.

VARINE, Hugues. *As raízes do Futuro*. O patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Tradução : Maria de Lourdes Parreira Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

VIGOTSKI, Lev. *Imaginação e criação na infância*. São Paulo: Ática, 2009.

Early Childhood Education and Cultural Spaces: Possibilities for appropriation in the city of Rio de Janeiro

Abstract

This article investigates conditions and opportunities for the use of cultural spaces in the city of Rio de Janeiro by early childhood education programs under the municipal secretariat of education. On-line questionnaires were sent to cultural spaces in the city registered in the Guia de Museus Brasileiros [Brazilian Museum Guide]. The results highlight the difficulties of communication with the institutions, an unequal distribution of cultural equipment and the scarce attention given to attending small children. An important conclusion is that improvements in the conditions and opportunities for attending this age group in cultural spaces is a necessary task for recognizing children as citizens with rights and cultural institutions as democratic spaces.

Keywords: Infancy. Early childhood education. Cultural spaces.

Cristina Carvalho

E-mail: cristinacarvalho@puc-rio.br

Thamiris Lopes

E-mail: thamiris_bl@hotmail.com

Priscila Resinentti

E-mail: priscila.resinentti@gmail.com

Educación Infantil y Centros Culturales: oportunidades de apropiación em la ciudad de Río de Janeiro, Brasil.

Resumen

El artículo investiga los espacios culturales de la ciudad de Río de Janeiro, Brasil, en sus condiciones y posibilidades de apropiación por el segmento de la educación infantil de la Secretaria Municipal de Educación (SME-RJ). La investigación utilizó como metodología un cuestionario online enviado a los espacios culturales de la ciudad registrados en la Guía de Museos Brasileños. Con los resultados, se puede destacar la dificultad de comunicación con las instituciones, la distribución desigual de los equipamientos culturales en el ámbito municipal y la falta de cuidado con las condiciones de la atención a los niños. También encontró que las mejoras en las condiciones y posibilidades de atención de este nivel en los espacios culturales es una tarea necesaria para reconocer a los niños como ciudadanos portadores de derechos y las instituciones culturales como espacios democráticos.

Palabras clave: Infancia. Educación Infantil. Espacios culturales.

Enviado em: 12/05/2016

Aprovado em: 08/10/2016